

## O MICROAMBIENTE ALIMENTAR DA ESCOLA E SUA INTERFACE COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)<sup>1</sup>

Jeferson Marques da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se constitui uma importante política pública para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos alunos da rede pública da Educação Básica do país frente ao aumento do consumo de produtos ultraprocessados e contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis a partir do fornecimento de alimentação adequada no microambiente alimentar da escola. Partindo desse entendimento, o artigo tem como objetivo averiguar se a alimentação escolar disponibilizada nas instituições públicas de ensino no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE está em consonância com os princípios estabelecidos pelo PNAE e se contribui para a promoção da SAN. A metodologia baseou-se em pesquisas bibliográficas, documental e na ambiência escolar. A pesquisa evidenciou que nas cantinas das escolas do município não comercializam alimentos. Constatou-se também que a alimentação escolar fornecida nas redes estadual e municipal de ensino não condiz integralmente com o que é estabelecido no inciso I do artigo 2º da Lei nº 11.947/2009 quanto ao emprego da alimentação saudável e adequada.

**Palavras-chave:** Atual modelo produtivo, Ambiente alimentar, Alimentação escolar, PNAE, Segurança Alimentar e Nutricional.

### ABSTRACT

The National School Feeding Program (PNAE) is an important public policy to promote Food and Nutritional Security (SAN) of students in the country's public Basic Education network in the face of the increase in consumption of ultra-processed products and contributes to the formation of habits healthy eating from the provision of adequate food in the school's food microenvironment. Based on this understanding, the article aims to investigate whether the school meals available in public educational institutions in the municipality of Nossa Senhora de Lourdes/SE is in line with the principles established by the PNAE and whether it contributes to the promotion of SAN. The methodology was based on bibliographical research, documents and the school environment. The research showed that the municipality's school canteens do not sell food. It was also found that the school meals provided in state and municipal education networks do not fully comply with what is established in item I of article 2 of Law No. 11,947/2009 regarding the use of healthy and adequate food.

**Keywords:** Current production model, Food environment, School food, PNAE, Food and nutrition security.

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa resulta da Dissertação de Mestrado intitulada: “O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar”, defendida em 24/02/2023, no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEU/UFES sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia de Souza Mendonça Menezes.

<sup>2</sup> Mestre pelo curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEU/UFES, [jefersonprof21@gmail.com](mailto:jefersonprof21@gmail.com)

Diante das alterações que vêm sendo realizadas no espaço rural brasileiro e da centralidade dos alimentos para a promoção da vida da população, as discussões sobre sua produção, comercialização e consumo se constituem em uma temática relevante, principalmente a partir da conformação do modelo dominante de produção agrícola vigente, denominado de agronegócio, que prioriza a produção de *commodities* em detrimento de alimentos.

Segundo Maluf, “o direito à alimentação deve ser assegurado por meio de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional” (2009, p. 20). O conceito atual de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) adotado no Brasil, estabelecido pela lei nº 11.346/2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, coaduna com o que é estabelecido pela Constituição Federal de 1988 sobre os direitos sociais. A noção adotada acerca da SAN ultrapassa a distribuição de alimentos para eliminar a questão da fome e incorpora outros aspectos relevantes, tais como: a qualidade dos alimentos, a valorização cultural e o desenvolvimento de práticas alimentares ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Visando contribuir com o desenvolvimento físico, intelectual, social, as escolas públicas brasileira ofertam alimentação escolar aos discentes com a aquisição de alimentos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, torna-se pertinente a análise desse espaço, visto que se constitui em um importante ambiente alimentar que deverá contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Motivado por esta temática surgiram várias questões que suscitaram a investigação da alimentação disponibilizada no microambiente escolar no recorte espacial da pesquisa, o município de Nossa Senhora de Lourdes/SE: como se apresenta a oferta de alimentos nas instituições públicas de ensino nesse município? Os alimentos disponibilizados atendem os preceitos do PNAE? A alimentação escolar nesse município promove a garantia da SAN?

Nosso foco com essa pesquisa é averiguar se a alimentação escolar disponibilizada nas instituições públicas de ensino no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE está em consonância com os princípios estabelecidos pelo PNAE e se contribui para a promoção da SAN.

Para organização da discussão, este texto foi dividido, além desta introdução e das considerações finais, em três partes: na primeira parte, apresenta-se os procedimentos metodológicos adotados na efetivação da pesquisa; na segunda, realiza-se uma abordagem

teórica fundamentada nas discussões sobre o atual modelo de produção agrícola, ambiente alimentar, alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional; na terceira, expõem-se as discussões e os resultados da pesquisa, mediante a inter-relação entre a garantia de alimentação saudável e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

## **METODOLOGIA**

O caminho metodológico deste estudo está fundamentado nas pesquisas bibliográfica, documental e nas ambiências escolares. Na pesquisa bibliográfica, realizou-se o levantamento de textos que abordam as categorias e conceitos essenciais à discussão deste estudo, tais como: questão agrária, agronegócio, ambientes alimentares e segurança alimentar e nutricional.

Para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, considerou-se fundamental o estudo dos dados quantitativos e das informações documentais fornecidas por órgãos e instituições públicas. Realizou-se o levantamento e a análise dos dados sobre a questão agrária e a produção de alimentos do município pesquisado a partir das informações disponíveis no IBGE e na Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Irrigação (SMA).

Quanto à pesquisa de campo, nessa modalidade foi utilizada a entrevista como instrumento de pesquisa pois, assim como LIMA (2016), considera-se que “é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados” (2016, p. 27). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diretores das unidades de ensino, merendeiras, representantes da SMA e da Secretaria Municipal de Educação (SME)

Os aspectos éticos foram respeitados, garantindo a liberdade de participação, a integridade do participante e a preservação dos dados que possam identificá-lo. Foi entregue a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Vale ressaltar que antes do trabalho de campo, o projeto de pesquisa foi submetido para avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, por meio da Plataforma Brasil, cadastrado sob o número de registro 57968522.6.0000.5546 e aprovado, de acordo com o parecer 5.615.602.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A partir da segunda metade do século XX foi posto em marcha o projeto de transformação da estrutura produtiva agrícola que ficou conhecido como Revolução Verde. O

avanço desse projeto é alardeado em discursos ideológicos, “[...] a imagem do campo passa a ser estruturalmente reformulada, em consonância com o discurso ideológico da modernidade” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p. 30). Esse modelo tem como pilar o aumento da produtividade e da exploração agrícola estimulado pela adoção dos pacotes tecnológicos.

O principal argumento utilizado pelos defensores da Revolução Verde estava vinculado ao combate à fome mundial, entretanto, embora tenha ocorrido o aumento da produção agrícola, o esforço para o citado propósito não foi evidenciado, a fome persiste! Embora ocorra o aumento da produção agrícola, visto que o Brasil nos últimos anos tem se destacado mundialmente na produção de soja, milho e cana-de açúcar, o problema da fome não foi solucionado. Nos últimos anos, verifica-se o aumento da insegurança alimentar e nutricional grave e moderada no Brasil e no mundo. Só no Brasil, de acordo com o relatório do II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19 (II VIGISAN), mais de 33 milhões de pessoas enfrentam a fome.

A partir da década de 1990, o processo de modernização da agricultura brasileira, articulado ao aparato tecnológico da Revolução Verde voltado exclusivamente para um segmento altamente capitalizado (SAUER, 2008), passa a contar com um novo nome: agronegócio. Fernandes e Welch (2004) asseveram que o agronegócio é uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista e que, apesar do aperfeiçoamento do processo, os problemas socioeconômicos e políticos não foram solucionados. O agronegócio tem intensificado a exploração da terra e do homem e se constitui numa tentativa de ocultar sua face perversa por meio da ênfase do viés produtivista.

Com a inserção de sementes híbridas, dos agroquímicos, das máquinas e o avanço dos cultivos nos moldes do *agrobusiness*, influenciados pelo avanço de técnicas e de novas tecnologias, a produção de alimentos nas mais variadas regiões do Brasil sofreu alterações, proporcionando a homogeneização de sistemas produtivos e o avanço das *commodities* (MENEZES, 2013). A produção para o autoconsumo, estratégia de reprodução social desenvolvida pelos camponeses, também é alterada à medida que eles se inserem nos mercados capitalistas (NIEDERLE; WESZ JR., 2018). Assim, a prática de monocultivo substitui a diversidade de cultivos e intensifica a redução da produção de alimentos, contribuindo para a perda de autonomia dos territórios.

A discussão sobre a questão alimentar se amplia ao longo dos anos, principalmente com a adoção dos conceitos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Não basta discutir a temática somente pelo prisma da necessidade de confrontar as situações de fome e desnutrição. O direito à alimentação de qualidade precisa ser garantido, respeitar a diversidade

cultural e promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e econômica torna-se essencial (RAHAL; GENTIL; MAGALHÃES, 2020). Para Maluf, a conexão entre a Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar perpassa pelo exercício de “políticas relacionadas com os alimentos e à alimentação que se sobreponham à lógica mercantil estrita [...] e incorporem a perspectiva do direito humano à alimentação” (2009, p. 22). A partir das definições apresentadas, considera-se a relação existente entre eles partindo da concepção que a SAN diz respeito a garantia de acesso a alimentação adequada e saudável, e a soberania alimentar diz respeito a autonomia.

Recentemente, autores de diferentes áreas do conhecimento como Kasinski (2020), Honório (2020) e Bueno (2020) têm desenvolvido alguns estudos sobre a alimentação a partir da análise dos ambientes alimentares. Kasinski se propôs a investigar a existência de desertos alimentares na cidade de São Paulo; Honório, em sua pesquisa, descreveu o ambiente alimentar comunitário em Belo Horizonte/MG e identificou desertos e pântanos alimentares nessa metrópole. Diferentemente das pesquisas anteriores, realizadas em duas grandes cidades brasileiras, Bueno analisou as interfaces entre disponibilidade de alimentos e escolhas alimentares, na perspectiva de ambientes alimentares no município de Palmeira das Missões, localizado na região norte do Rio Grande do Sul, município voltado à produção agrícola.

O ambiente alimentar juntamente com as cadeias de fornecimento de alimentos e o comportamento do consumidor compõem os sistemas alimentares (SA). Os SA se constituem na inter-relação entre os elementos e as atividades em todas as etapas do alimento, da produção ao consumo. Esses sistemas têm a capacidade de serem sustentáveis ao promover a segurança alimentar e nutricional. No entanto, também podem provocar a insegurança alimentar e nutricional, especialmente quando se observa a inserção de produtos ultraprocessados e ou produzidos a longas distâncias, nos quais não é identificada a qualidade.

Swinburn, Egger e Raza (1999) pontuam que esse mesmo ambiente, que pode ser discutido a partir da dimensão micro e macro, é dividido em: **físico**, se refere ao que está disponível em uma variedade de estabelecimentos que comercializam alimentos; **econômico**, relativo aos gastos com alimentação e contempla o preço dos alimentos, política econômica e poder aquisitivo da população; **político**, diz respeito às regras institucionais e leis relacionadas à alimentação e; **sociocultural**, relaciona-se às atitudes, crenças e valores relacionados à alimentação de uma comunidade ou sociedade.

Bueno (2020) considera que a discussão em relação aos ambientes alimentares pode acontecer em diferentes níveis: do individual ao coletivo. No Brasil, as discussões em torno

esses ambientes vêm alcançando notoriedade em virtude da situação da insegurança alimentar e o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados.

No Brasil, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), reconhecido pela Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), passa a ser legalmente assegurado entre os direitos sociais da Constituição Federal desde 2010 pela Emenda Constitucional nº 64 de 2010. “Diz respeito a todas as pessoas, de todas as sociedades, e não apenas àquelas que não têm acesso aos alimentos” (LEÃO, 2013, p. 28). Para a realização desse direito é necessário o conhecimento das realidades locais, embora existam características comuns entre os diversos grupos (comunidade indígena, moradores de uma cidade, entre outros), em determinadas situações, ações específicas para garantir o seu direito são requeridas. No bojo das discussões sobre o DHAA e a promoção da segurança alimentar e nutricional, a escola também se apresenta como alternativa, segundo as legislações vigentes.

A Lei nº 9394/96 – LDB, criada nos princípios da Constituição Federal, estabelece as diretrizes e base da Educação Nacional. Essa legislação regulamenta o sistema educacional brasileiro, tanto na esfera pública quanto privada. No que diz respeito à organização dos níveis fundamental e médio da educação básica, normatiza no inciso I do artigo 24, a carga horária e a quantidade mínima de dias letivos da seguinte forma: “I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver” (BRASIL, 1996). Crianças e jovens, na faixa etária de 6 a 17 anos, permanecem longos períodos nas instituições de ensino, para tanto, faz-se necessário na escola a oferta de alimentos para os discentes que contribuirá com o desenvolvimento físico, intelectual, social. Portanto, analisar o ambiente escolar torna-se pertinente, visto que se constitui em um importante espaço que contribuirá para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

As regras relacionadas à alimentação escolar direcionam as escolhas dos alimentos que devem compor as refeições. Atualmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é responsável pelas políticas relacionadas à alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional dos estudantes. Este programa é regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, que traz contribuições tanto para a agricultura familiar quanto para a promoção da SAN, das quais destacam-se as seguintes:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares



saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

[...]

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

[...]

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009).

Na perspectiva de Matos (2020), a efetivação do mercado institucional do PNAE é uma importante ferramenta de fortalecimento econômico para a agricultura familiar. Ao estabelecer no artigo 14, supracitado, o percentual mínimo de 30% dos recursos financeiros reservados à aquisição de alimentos dessa categoria, além de contribuir para a reprodução social e a permanência desses grupos familiares em seus territórios, promove o acesso a uma alimentação saudável, que visa a valorização da cultura e dos hábitos alimentares do lugar.

Santos (2019) ressalta as ações desenvolvidas no âmbito do ambiente alimentar escolar. Em sua pesquisa a autora afirma que os hábitos alimentares tradicionais das comunidades escolares pesquisadas estão expostos às interferências globais. Contudo, evidencia que essa realidade começa a se modificar em 2012, a partir da política de garantia da segurança alimentar e nutricional estabelecida pelo PNAE.

Nos territórios pesquisados por Santos, prevalece a atividade canavieira; no entanto, ficou evidente que, mesmo diante da dominação do agronegócio, agricultores familiares continuavam cultivando seus alimentos. Outro dado relevante desta pesquisa e que aponta a efetivação, junto aos responsáveis dos escolares, de propostas de Educação Alimentar e Nutricional. Isso ocorre visto que, à medida que a escola promovia o acesso aos alimentos da agricultura familiar, incentivando hábitos saudáveis, inversamente, em suas residências - outro importante ambiente alimentar - os estudantes estavam expostos a uma alimentação à base de produtos industrializados sobretudo, os ultraprocessados.

Estimulado por esta pesquisa e considerando que o microambiente alimentar escolar é influenciado por políticas agrícolas, econômicas desenvolvidas por empresas que controlam a produção, comercialização e consumo de alimentos, que compõem a dimensão macro dos ambientes (SWINBURN, EGGER e RAZA, 1999), apresenta-se os dados identificados nas escolas públicas municipais e estaduais de Nossa Senhora de Lourdes.

Na análise realizada sobre a conformação do atual modelo produtivo agrícola e os ambientes alimentares em Nossa Senhora de Lourdes, município localizado ao norte do estado de Sergipe e que integra o território do Alto Sertão Sergipano, percebe-se consideráveis modificações na dinâmica produtiva e implicações na produção, na comercialização e no consumo de alimentos. Tais transformações são reflexos do processo de expansão do monocultivo do milho, processo que reverbera na indisponibilidade de alimentos adequados e saudáveis para o abastecimento das unidades de ensino do município.

A compreensão da alimentação como elemento central para manutenção da vida e funcionamento da sociedade proporciona a ampliação de debates acerca da temática, pois “sua ausência ou a carência das condições adequadas de segurança alimentar tendem a tornar-se em um vetor de sofrimento físico, material e emocional, assim como em fator de disrupção” (PREISS; SCHNEIDER; COELHO-DE-SOUZA, 2020, p. 9). Por seu caráter multifatorial, os debates acerca da alimentação, segundo Bueno, partem de diferentes dimensões

[...] que vão desde a ingestão de nutrientes, importantes para a manutenção da saúde e do bem-estar, até a compreensão do alimento como um todo; a forma como são produzidos, disponibilizados, preparados, combinados e consumidos e o modo de comer que revela aspectos amplos das práticas alimentares (BUENO, 2020, p. 15).

O ambiente alimentar juntamente com as cadeias de fornecimento de alimentos e o comportamento do consumidor compõem os sistemas alimentares. Esses sistemas são compostos por circuitos alimentares diversos e superpostos, que vão desde o modelo de circuito curto ao circuito longo, podendo ser sustentável ao proporcionar a segurança alimentar e nutricional ou provocar a insegurança alimentar e nutricional sobretudo, quando se observa a inserção de produtos ultraprocessados e/ou alimentos produzidos a longas distâncias os quais não são identificadas a qualidade.

Swinburn, Egger e Raza (1999) apresentam que o ambiente alimentar pode ser discutido a partir da dimensão micro e macro. Os autores afirmam que os indivíduos interagem com os múltiplos ambientes, incluindo os espaços que agrupam indivíduos, tais como: escolas, locais de trabalho, lares e bairros (microambientes) e os que são menos passíveis de controle dos indivíduos, relacionados a política macroeconômica, política agrícola, comércio internacional de alimentos e distribuição global e em escala nacional dos alimentos (macroambiente).



O município de Nossa senhora de Lourdes/SE conta com nove instituições de ensino, três circunscritas ao poder público estadual e seis a esfera municipal. Em nenhuma dessas escolas foi detectada a presença de cantinas que comercializam alimentos. Entretanto, no entorno de algumas unidades escolares, constata-se a presença de estabelecimentos comerciais como mercearias e lanchonetes. Conforme a classificação apresentada no estudo elaborado pela CAISAN (2018), mercearias e lanchonetes são consideradas estabelecimentos de aquisição de alimentos mistos e ultraprocessados, respectivamente, contribuindo assim para exposição desses produtos, fato esse que contribui para que os discentes consumam os ultraprocessados.

No tocante à compra dos gêneros alimentícios que compõem a alimentação das escolas estaduais, o Departamento de Alimentação Escolar – DAE, órgão da Secretaria Estadual de Educação, é quem realiza a chamada pública por meio da abertura de edital. Empresas, cooperativas e fornecedores individuais concorrem a partir da proposta de menor preço. Quanto à distribuição, são os fornecedores que realizam junto as unidades de ensino. A escola também recebe um recurso, denominado PROFIN merenda, com vista à aquisição de outros gêneros para a alimentação escolar. Com esse recurso o gestor pode comprar em estabelecimentos locais ou não os produtos listados pelo programa. Segundo os gestores, um dos entraves para execução é a exigência quanto à situação cadastral dos estabelecimentos comerciais junto aos órgãos fiscalizadores. Eles atestam que os estabelecimentos do município não estão regularizados, o que implica a compra de alimentos em estabelecimentos de outros municípios.

As escolas tentam seguir o cardápio elaborado e distribuído pela secretaria, mas não conseguem, pois nem todos os alimentos estão disponíveis. Constantemente são ofertadas as seguintes refeições: arroz com carne ou frango, cuscuz com frango, carne ou ovos, sopa de legumes, batata doce, broa e pão. É comum o uso dos produtos ultraprocessados como as bebidas açucaradas em embalagem Tetrapark, biscoitos, bolinhos prontos. Na composição da alimentação escolar das instituições estaduais não foi identificada a compra de gêneros alimentícios cultivados por agricultores do município, isso porque o DAE é quem concentra e realiza esse processo.

Quanto às escolas municipais, alimentos como arroz, feijão, macarrão, carnes, frangos, frutas são comprados a fornecedores externos ao município. De acordo com o representante municipal as hortaliças, macaxeira e algumas verduras são fornecidas por um único grupo de agricultores familiares do município. Como a quantidade cultivada não atende a demanda da Secretaria Municipal de Educação – SME, os agricultores complementam com alimentos adquiridos na feira convencional do município. Essa atitude evidencia que a priorização do monocultivo do milho tem implicado na redução drástica do cultivo de alimentos no município.

Também, são ofertados alimentos ultraprocessados como biscoitos, bolos e iogurtes; além de outros alimentos minimamente processados e ou in natura macarrão com carne, batata doce, arroz, feijão, pães, arroz doce, mungunzá e frutas. Esses alimentos são distribuídos semanalmente, conforme cardápio elaborado pela nutricionista da SME.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida evidencia que o município de Nossa Senhora de Lourdes vem priorizando o monocultivo do milho, tal fato tem provocado a supressão de alimentos outrora cultivados como o feijão, o arroz, a mandioca nos estabelecimentos rurais.

No que diz respeito ao cultivo de verduras, legumes e hortaliças, nota-se que nesse município esse tipo de plantio é praticamente inexistente, ao ponto de não identificarmos informações censitárias. Logo, os agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE complementam a demanda da SME com os alimentos adquiridos na feira convencional cultivados em municípios localizados há uma distância superior a 100 Km.

A alimentação escolar fornecida tanto pela rede estadual quanto pela rede municipal de ensino não condiz integralmente com o que é estabelecido no inciso I do artigo 2º da Lei nº 11.947/2009 quanto ao emprego da alimentação saudável e adequada.

Por fim, evidencia-se que os princípios estabelecidos legalmente no Brasil quanto ao direito a uma alimentação adequada e saudável e a promoção dos aportes da SAN ficam comprometidos diante desse alinhamento ao modelo de produção hegemônico, apresentado no citado município. Faz-se necessário que as questões relacionadas a promoção da SAN no ambiente alimentar da escola estejam no centro das discussões e, a partir delas, a produção, a disponibilidade e o consumo de alimentos estejam em consonância com a segurança alimentar e nutricional dos escolares.

## REFERÊNCIAS

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2011. p. 329-341.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN** com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da

União. 18 set 2006. [internet]. Disponível: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BUENO, Marilene Cassel. **Ambientes alimentares em um município agrícola: disponibilidade, escolhas alimentares e desafios**. 2020. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2020. Disponível: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/210811/001115679.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Estudo técnico mapeamento dos desertos alimentares no Brasil. Brasília: Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional Ministério do Desenvolvimento Social; 2018.

CARVALHO, J. T. de, & OLIVEIRA, A. R. de. (2021). O AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O DISCURSO DA FRAÇÃO DE CLASSE REINANTE. *REVISTA NERA*, (58), 28–55. Disponível: <<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i58.8082>> Acesso em: 05 jan. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Cliff. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa. **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, v. 17, 2004.

HONÓRIO, Olivia Souza et al. **Desertos e pântanos alimentares em uma metrópole brasileira**. 2020. Dissertação (Mestre em Nutrição e Saúde). Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34486/1/Desertos%20e%20p%C3%A2ntanos%20alimentares%20em%20uma%20metr%C3%B3pole%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados populacionais, econômicos, agropecuários de Nossa Senhora de Lourdes/SE**. Disponível: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 03 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censos agropecuários 1995/1996, 2006 e 2017**. Disponível: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 11 out. 2022.

KASINSKI, Daniel. **Desertos alimentares no município de São Paulo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo, 2020. Disponível:

<[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29041/Desertos%20alimentares%20no%20munic%20c3%a3%20de%20S%20c3%a3%20Paulo\\_Daniel%20Kasinski.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29041/Desertos%20alimentares%20no%20munic%20c3%a3%20de%20S%20c3%a3%20Paulo_Daniel%20Kasinski.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 13 dez. 2021.

LEÃO, Marília et al. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. **Brasília: Abrandh**, v. 263, 2013.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo**, p. 24-41, 2016.

MALUF, Renato Sérgio. Segurança alimentar e nutricional. 2. ed. - Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

MATOS, Murilo Mateus Soares de. **Os desafios e as contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa em Itapicuru/BA**. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, p.31-58, jul/dez. 2013.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Waldemar João. **As novas ordens alimentares**. Editora da UFRGS, 2018.

PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável. 2020.

RAHAL, Lilian dos Santos; GENTIL, Patrícia Chaves; MAGALHÃES Élcio de Souza. A política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In: PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela (org.). **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). (2022). **‘II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil’** [livro eletrônico]: II Vigisan: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, Rede Penssan. Disponível: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

SANTOS, Rafaela dos. **Comida de casa, comida da escola: as contribuições do PNAE na preservação dos hábitos alimentares em Coruripe, Alagoas**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. 2008.



XV  
ENAN  
PECE

ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA EM EDUCAÇÃO

SWINBURN, Boyd; EGGER, Garry; RAZA, Fezeela. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. **Preventive medicine**, v. 29, n. 6, p. 563-570, 1999.